

**MEMÓRIA SOCIAL E AÇÃO POLÍTICA NO PROCESSO DE  
AUTONOMIA DO PUEBLO INDÍGENA DE CHERÁN**  
*SOCIAL MEMORY AND POLITICAL ACTION IN THE PRO-  
CESS OF AUTONOMY OF THE INDIGENOUS PUEBLO OF CHERÁN*

Jonatas Pinto Lima\*  
Douglas Mansur da Silva\*\*

**RESUMO:** Este artigo procura compreender o processo de transformação sócio-política ocorrido no “pueblo” indígena de Cherán, pertencente ao Estado de Michoacán, México. Esta comunidade conquistou em 2011 o direito à instauração de um governo regido por seus usos e costumes, após uma série de conflitos motivados tanto pela exploração ilegal de suas terras comunais por parte de madeireiros, envolvidos com o tráfico de drogas, quanto pelo descaso das autoridades governamentais frente aos ocorridos. O estudo deste processo social e político será realizado a partir da análise dos discursos e relatos veiculados em diferentes mídias, além de pesquisa bibliográfica e histórica, com o objetivo de perceber, através do discurso dos moradores deste “pueblo” e de sua memória coletiva, o sentido/significado para suas ações, buscando compreender porque a população de Cherán decidiu “defender” os bosques comunais através do confronto com os madeireiros e posterior instauração de um governo próprio. Percebemos que a memória coletiva, neste caso, propicia um horizonte de significados que, em conjunto com a figuração do tempo presente, motivaram a ação dos moradores de Cherán.

**Palavras Chave:** Autogoverno; Cherán; Memória coletiva; “Usos y Costumbres”; Terras comunais.

---

\* Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 2015-2017; Viçosa, MG, Brasil; E-mail jonatas.lima@ufv.br

\*\* Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa (UFV), do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e do Mestrado Interinstitucional em Antropologia Social (parceria entre o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional-UFRJ e o Departamento de Ciências Sociais-UFV), Viçosa, MG, Brasil; E-mail: douglas.mansur@ufv.br

**ABSTRACT:** *This article seeks to understand the process of sociopolitical transformation occurred in the indigenous “pueblo” of Cherán, belonging to the state of Michoacán, Mexico. This community conquered in 2011 the right to implement a government ruled by their “usos y costumbres”, after a series of conflicts motivated by the illegal exploitation of their communal lands by loggers, involved in drug trafficking, and also by the indifference of government authorities in face of the facts. The study of this social and political process will be conducted from an analysis of speeches and reports broadcasted in different medias, as well as bibliographic and historical research. The aim is to perceive through the speech of locals of the “pueblo” and through their collective memory the meanings to their actions, seeking to understand why the people of Cherán decided to “defend” the communal property through the confrontation with the loggers and subsequent establishment of self-government. We realize that the collective memory, in this case, provides a horizon of meanings that, in conjunction with the figuration of present time, have motivated the action of the residents of Cherán.*

**Keywords:** *Self-government; Cherán; Collective memory; “Usos y Costumbres”; Communal lands.*

## INTRODUÇÃO

Da perspectiva do Estado-Nação mexicano, Cherán faz parte do estado de Michoacán<sup>1</sup> sendo um “pueblo” indígena situado ao noroeste da região P’urhépecha com população de cerca de 18.000 habitantes. Antes de 2011 esta comunidade era governada da mesma maneira que a maioria das cidades mexicanas, com um presidente municipal eleito pelo voto e filiado a um partido político o Partido Revolucionário Institucional (PRI), a máquina política que monopolizara o poder desde a terceira década do século XX .

---

1 O México é uma República federativa presidencialista pautada na tripartição do poder entre Executivo, Legislativo e Judiciário, existem eleições democráticas, segundo o discurso oficial, para a escolha dos governadores dos diferentes estados que compõem a Federação como o próprio estado de Michoacán, também existem eleições para a escolha do presidente da República. Os cargos legislativos também são escolhidos pela eleição dos deputados tanto em âmbito estadual como federal.

O PRI foi ao longo dos anos bastante questionado e acusado sistematicamente de fraudes eleitorais, a máquina estatal se mostrava organizada para a manutenção do poder priista em várias esferas governamentais dentre elas os municípios, como no caso de Cherán. A suspeita de fraudes eleitorais, a ligação obscura com o narcotráfico, a não representatividade dos anseios populares na esfera institucional e a descrença partidária é algo que “paira” no horizonte político mexicano.

Cherán, envolto neste “sistema” partidário, sofria desde 2008 uma série de abusos das máfias locais e madeireiros que, em conjunto, atuavam na exploração ilegal dos bosques em volta da comunidade, bosque esta propriedade comunal, ou seja, pertencente a todos do *pueblo*, o que tornava o sentimento de indignação com esta exploração indevida mais abrangente.

Quando se iniciou a poda predatória da área florestal, as pessoas do vilarejo pediram ajuda ao governo municipal e estadual, que segundo relatos dos habitantes de Cherán, que analisaremos adiante, se isentou de toda responsabilidade pelo ocorrido. Diante da falta de atuação por parte do governo, a população local decidiu se mobilizar para a defesa das terras comunais e expulsão dos madeireiros em 15 de Abril de 2011 e após este primeiro enfrentamento foi formada uma espécie de exército comunitário, a fim de proteger o vilarejo dos “madeireiros e mafiosos” que reduziram a área verde do “pueblo” de 27.000 hectares de bosque para 7.000, entre 2008 e 2011.

Após o 15 de Abril, os habitantes de Cherán e o “exército comunitário” fizeram trincheiras nas entradas da cidade para controlar quem entrava e saía do “pueblo”, dando início ao movimento de resistência aos abusos madeireiros, por meio das armas, o que se transformou em um movimento revolucionário<sup>2</sup>, ao desencadear a supressão da polícia e a separação do *pueblo* frente ao governo central, para a criação de seu próprio mecanismo de governo. Após a expulsão do presidente municipal, o priista Roberto Bautista Chapiña, e da desocupação do Palácio Municipal, iniciou-se o processo de

---

2 O revolução é entendida aqui como um processo “entre o momento em que o velho regime se desintegra e o momento em que um novo regime se constitui firmemente” (SCOTT, 1994) Esta definição de Scott é utilizada também por Purnell (1999) e Mólgora (2004).

construção de um novo modelo de governo, que atendesse os anseios da população, dentre eles a preservação das terras comunais. Neste novo governo como dizem alguns habitantes de Cherán “*Quien está gobernando al pueblo, es el mismo pueblo*”.

Neste artigo, o estudo deste processo social e político dar-se-á a partir da análise dos discursos e relatos veiculados em diferentes mídias, além de pesquisa em material bibliográfico, com o objetivo de perceber através do discurso dos moradores deste “pueblo” o sentido/significado para suas ações motivadas pela busca da manutenção das terras comunais culminando na conquista da autonomia política. Nesta investida, o recurso a história será fundamental para conhecermos o horizonte cultural desta comunidade, possibilitando compreender melhor o contexto sob o qual estes acontecimentos transcorreram e a própria ação dos indivíduos.

Procuramos aliar o estudo histórico de Cherán com o estudo dos momentos mais recentes de sua transformação sócio-política, percebendo que “o tempo não é só um objeto, mas, sobretudo uma dimensão cultural da vida social” (Schwarcz, 2001, p.125), sendo a temporalidade entendida como um dos elementos da dimensão social aqui estudada. Importante lembrar que a maneira como cada sociedade “enxerga” e utiliza a própria história é única. No caso cheranense, percebemos que a história atua através da memória coletiva com grande vivacidade e como horizonte de possibilidades de ação para os moradores deste *pueblo*. Não estamos com isso afirmando que a “realidade” desta comunidade seria um retorno a história ou uma espécie de história *magistra vitae*. Reconhecemos que cultura e história constituem a “realidade” social de maneira dialética, em constante transformação, ou seja, a cultura, a história e a realidade sendo construídas também na ação cotidiana dos indivíduos que pode ou não ser transformadora.

Esta utilização da aliança entre o estudo da cultura e o estudo histórico é bastante utilizada por Marshall Sahlins, que entende a cultura como um “tipo” de esquema conceitual para “prática humana”. Este esquema conceitual seria então o foco das análises

antropológicas só podendo ser conhecido através de uma análise relacional entre a estrutura<sup>3</sup> e a conjuntura.

O conceito “estruturas da conjuntura” de Sahlins é baseado na ideia de que os esquemas conceituais que medeiam a ação dos sujeitos são constantemente construídos e “revalorados”, isto é, as relações sociais e os símbolos utilizados por uma dada sociedade são sempre ressignificados de maneira relacional, tendo assim um poder de transformação ou manutenção das práticas culturais. Desta forma “o processo histórico se desdobraria num movimento contínuo e recíproco entre a prática da estrutura e a estrutura da prática.” (Sahlins, 2008, p.134). A cultura seria então fruto de um processo histórico e também das ações cotidianas dos indivíduos, percebendo assim a cultura não como algo monolítico, e sim entendida como uma “arena” de disputas, contradições, tensões com um potencial de ordenação e reordenação. Para Sahlins, a cultura seria um campo complexo cheio de “virtualidades” não realizadas com um constante poder relativo de “criatividade”<sup>4</sup> sobre a “realidade”, procurando assim compreender a “dinâmica” da “prática” em meio à “cultura-tal-como-constituída” (*ibidem*, p.14).

A teoria de Sahlins demonstra a “pertinência da proposição de um equacionamento estrutural-dialético entre estrutura e evento” (Fraya Frehse *ibidem*, p.13) A história seria então ordenada através da cultura e os próprios esquemas culturais desta sociedade são ordenados pela história, em uma dinâmica constante dado que os signos culturais são constantemente reordenados pela prática humana cotidiana:

“Basicamente, a ideia é muito simples. As pessoas agem em relação às circunstâncias de acordo com os seus próprios pressupostos culturais, as categorias socialmente dadas de pessoas e coisas. A pessoa-ação no mundo-, a reavaliação do signo na prática e o retorno à estrutura entre sentido simbólico e referência simbólica, o processo histórico se desdobra num movimento contínuo e recíproco entre a prática da estrutura e a estrutura da prática” (Sahlins, *Ibidem*, p. 139).

---

3 Em Sahlins, a palavra estrutura remete a categorias culturais concebidas como uma rede conceitual, um conjunto de categorias.(Cf. Schwarz *op cit.*).

4 A noção de criatividade é trabalhada também por Wagner (2010).

Uma aliança entre antropologia e história se mostra bastante frutífera em nossa opinião por isso pretendemos compreender os elementos históricos em Cherán como meios de enriquecer nosso conhecimento processual de nosso “objeto de estudo” visto não de maneira estática, mas de maneira dialógica. Sem a percepção histórica não poderíamos compreender as motivações e os significados das ações deste *pueblo*.

Levando em consideração a importância da história para a formação dos esquemas culturais deste *pueblo* devemos analisar porque a população de Cherán decidiu “defender” os bosques comunais pelo confronto com os madeireiros e posteriormente pleitear a instauração de um governo próprio. Segundo Mólgora (2004), a mudança na forma de governo pode sugerir que os habitantes desta localidade não compactuam com o *ethos* do governo nacional, substituindo-o por um *ethos* local. Para o autor, o governo de uma localidade, se não estiver em diálogo com a população corre o risco de perder sua autoridade<sup>5</sup> por isso nos é relevante compreender a formação processual deste *ethos* local. Para compreendermos o modo de interpretar a realidade que existe nesta localidade devemos levar em consideração como os atores sociais constroem esta “realidade”, ou seja, qual é a visão destes atores sociais de sua própria existência, como eles interpretam os acontecimentos para buscarem a modificação da ordem e quais seriam suas próprias concepções de governo, política e cultura. A maneira como as concepções culturais de um povo é vista por eles mesmos é fundamental para o entendimento do significado de suas ações.

A maneira como os acontecimentos ou modos de agir são construídos e como a memória de um grupo de pessoas se perpetua se faz fundamental para nossa compreensão do “sentido” das ações dos atores sociais, levando em consideração que a própria construção da memória é algo seletivo e atua através de seus próprios termos para assim contribuir para a reconfiguração dos ajustes sociais em um presente específico (Mólgora, 2004 p.31, *apud* Maddox, 1993, p.10). A memória, parte da historicidade construída pelos atores é fundamental, sendo a lembrança de, por exemplo, um terreno histórico de conflitos políticos e territoriais fundamentais para sustentar

<sup>5</sup> Entendemos por autoridade “*el hecho que el individuo o individuos que gobiernan cuentem con el apoyo implícito o explícito de los gobernados*” (M, 1994, p.197).

novas disputas. O legado cultural e histórico se faz presente na vida e no modo de agir de um povo e a primeira parte de nossa análise será voltada a esta perspectiva histórica para posteriormente passarmos a análise do processo de transformação social iniciado pela busca da proteção das terras comunais.

## **HISTÓRIA, MEMÓRIA COLETIVA E A FORMAÇÃO DO ETHOS POLÍTICO LOCAL**

Para analisarmos os conflitos em Cherán dentro desta perspectiva teórica devemos então voltar às memórias de métodos antigos de liderança social, à importância das terras comunais para a vida cheranense, ao histórico de conflitos na região e até mesmo à existência de mecanismos de autodefesa já utilizados na localidade para compreender o “*ethos* local”, sendo esta uma construção histórico-social. Neste caso, a auto-identificação como pertencentes à origem *p’urhépecha* é fundamental tanto para o sucesso do movimento como para compreendermos a importância da memória coletiva nas ações ocorridas, sendo a própria memória coletiva é fundamental no processo de reconfiguração de identidades locais.

Memória coletiva, segundo Halbwachs “*é a relação entre as recordações próprias e as de outros dentro da coletividade*” (Halbwachs, 2004). Fernandez define a memória coletiva como “o processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade” (Fernández, 1991). Ao propormos um olhar processual, se faz fundamental esta “atenção” à memória, pois “a memória de alguns momentos significativos é inseparável da luta cotidiana para lograr a sobrevivência”. (Mólgora, 2004, p.31). Outros antropólogos, como Evans-Prichard, também frisam a importância da memória através do recurso à história para a compreensão de um povo já que ela forma parte do pensamento dos homens vivos influenciando na vida social. (Cf. Evans-Prichard, 1990)

Cherán adota uma postura conflitiva por demandas sociais e políticas em diversas ocasiões históricas e dentre estes “momentos significativos”, formadores de uma “memória coletiva” combativa,

analisaremos alguns tipos de “lideranças” políticas que existiram ao longo da história. Em particular, analisaremos a figura de um personagem “mítico” na história de Cherán, Casimiro Lopes Leco.

Durante a Revolução mexicana, Leco organizou um exército de voluntários para uma dupla missão: proteger a cidade dos constantes assaltos durante o período revolucionário e a luta armada contra a Companhia Industrial de Michoacán. Analisaremos também os *zafarranchos*<sup>6</sup> motivados por disputas pelo controle político e pela exploração dos recursos naturais, bens comuns cheranenses. Os conflitos, por controle do domínio político durante grande parte do século XX também se fazem significativos para compreendermos a “consciência política” dos habitantes de Cherán, que por diversas vezes ao longo da história recorrem e demandam a forma tradicional de manejo de seus bens comunais e de organização política.

O modo como Conselho Maior de Cherán foi organizado pós 2011 também tem “origem” nesta “memória coletiva” que remonta ao modo como eram distribuídos os “cargos” da hierarquia em Cherán. Em fins do século XIX, a liderança da comunidade era exercida por aqueles anciões que “cumpriram suas obrigações com a comunidade e formam um conselho que exerce o poder e controla a seleção de autoridades” (Mólgora, 2014, *apud* Carrasco, 1976). Durante esta época uma espécie de ronda comunitária exercia a “vigilância” do *pueblo* durante a noite. Este tipo de governo foi substituído por um processo de centralização do poder estatal através de uma “*oligarquização da política gerando um distanciamento progressivo entre povo e elite*” (Mólgora, 2004, p.76) durante o século XX. Este processo de centralização leva também ao desaparecimento, em 1902, da comunidade indígena como forma legal perante a justiça mexicana, mas a influência da ideia comunitária não desapareceria - formas tradicionais, como a propriedade comunal, “teimavam” em existir mesmo frente as ações centralizadoras do Estado.

A ideia de “resgate” ou “evocação” das “formas tradicionais” históricas *p'urhépechas* para lograr objetivos no presente é bastante corriqueira na história de Cherán. Já em 1869 alguns *comuneros* emitiram

---

6 Conflitos que chegam à eclodir em violência.



uma “carta” ao governador de Michoacán para a manutenção de seus territórios comunais através de argumentos descritos por Mólgora a seguir:

*“Em primeiro lugar estava a tradição e respeito do uso dos bens em comum que com tanto sacrifício haviam herdado de seus antepassados e se apelava a experiência dos pueblos indígenas nos quais se havia levado a cabo a repartição destes bens, neles os indígenas ficaram como estrangeiros em suas próprias comunidades; seus terrenos haviam sido monopolizados pela cobiça dos ricos” (ibidem, p.85).*

A manutenção dos bens comunais também era um dos objetivos de Casimiro Lopez Leco que enfrentou a Companhia Industrial de Michoacán. Esta contava com o apoio do projeto liberal do Estado mexicano, que visava a privatização de parcelas de terra que se encontravam “indisponíveis” ao mercado como, por exemplo, as terras comunais. Na visão estatal o liberalismo e a privatização das terras seriam essenciais ao processo de construção da “nação” mexicana.

A Companhia Industrial de Michoacán, sob o controle de Santiago Slade Jr, já em inícios do século XX, iniciava uma exploração predatória dos bosques da região. Esta exploração foi autorizada através de relações entre Slade Jr, apoiado pelo Estado, e algumas autoridades locais que recebiam alguns benefícios em troca do “*arrendamiento al señor Slade... de los montes de Cherán...para que la expresada compañía explote las maderas que contiene los montes de referencia*” (ibidem, p.18). Este contrato retirava o direito dos *comuneros P'urhépechas* de Cherán ao uso dos seus bosques. Esta situação revoltou alguns chera-nenses da época, surgindo então uma “figura heroica”.

Segundo Mólgora, Casimiro Leco indignado com esta situação no início da década de 1910 conseguiu formar um exército de 150 pessoas a maioria deles indígenas que ansiavam pelo “retorno a um estágio que havia sido modificado profundamente pela exploração industrial do bosque e pela introdução da ferrovia” (ibidem, p.19). O movimento de Casimiro já demonstrava sua diferença frente aos outros movimentos gerados pela Revolução mexicana de 1910 que tinham como principais metas a reforma agrária e a instauração

da democracia política. Casimiro e seu grupo, por sua vez, lutavam pela não exploração indevida das terras comunais e a preservação das mesmas, luta esta que foi “vencida”, acarretando na manutenção dos bens comunais.

As tentativas de exploração e privatização dos bosques aliados à corrupção não terminaria nesta disputa. De fato, a exploração “clandestina da madeira se constitui em uma das principais atividades ao longo de diferentes épocas...a corrupção continuaria” (*ibidem*, p.49). Por diversas vezes o Estado foi chamado para a contenção desta exploração, mas acabava por também fazer parte dela, por conta dos casos de corrupção, como ocorreu nos acontecimentos pré 15 de Abril de 2011.

Além da manutenção dos bens comunais, as eleições por “*usos y costumbres*” era também uma realidade durante a década de 1920, diferentemente de outras regiões da própria Serra *p’urhépecha*. Cherán, neste período, elaborava suas eleições de acordo com o que hoje se chama “*usos y costumbres*”: as eleições eram então levadas a cabo em assembleias realizadas na praça onde o próprio povo nomeava seus representantes

Os partidos políticos pós década de 1920 começaram a se instalar e ganhar força na região, constituindo um conflito político constante ao longo do século. As ações de integração e incorporação do indígena de Cherán à “nação” ocorreram sistematicamente com Lázaro Cárdenas como governador de Michoacán, entre 1928 e 1932. A ideia de “educar” o indígena, tentando efetuar a reforma agrária tentaria acabar com propriedade comunal de bens. Em Cherán, em 1928, foi designado um presidente municipal “agrarista”, não eleito pelo povo, o que também gerou insatisfações. As políticas posteriormente adotadas pelo INI (Instituto Nacional Indigenista) podem encontrar aí sua “origem” na ideia de desenvolver uma cultura nacional e mexicanizar o indígena.

Eram denominados “agraristas” as pessoas que queriam a reforma agrária e outros projetos governamentais, como o projeto de acabar com o apego da população à religião, substituindo este apego por um apego “cívico” através da implantação de uma educação socialista. Estes “agraristas” visavam o controle da área do bosque de Cherán e eram vistos pelo povo como “*una minoria mandona*,

*donos do poder... amigos do governo, dispostos a tudo.*” (Sáenz, 1992, pp.57-58). Estas insatisfações de habitantes de Cherán com os membros do “partido agrarista” e gerou enfrentamentos violentos conhecidos como “*zafarranchos*” como em 1932, quando os “agraristas” que eram avessos à temática religiosa, tentaram queimar o santo padroeiro da cidade, São Francisco de Assis. A população, não satisfeita, iniciou um conflito que teve como resultado “a expulsão temporária dos agraristas, três dezenas de mortos y múltiplos feridos.” (Mólgora, 2004, p.124). Em 1938, a população se mostra mais uma vez insatisfeita com os “políticos” ocorrendo até mesmo o assassinato do “síndico” do *ayuntamiento*<sup>7</sup>. Em agosto do mesmo ano ocorreria ainda mais violência, que culminaria com a “tomada de poder” pelo “*pueblo*” e a divulgação de uma nova “carta de indignação” dos *comuneros*, carta esta que mesmo sendo escrita na década de 1930 possui uma atualidade impressionante com a situação vivida em Cherán nos anos 2000:

*“los apoyos superiores que tienen los políticos... de manera absurda cometiendo arbitrariedades sin limite; nos consideran como a bestias, no como parte integrante de un pueblo, sino como a enemigos de ellos; nos tratan como si estuviéramos apartados de la civilizacion. Toda la gente esta espantada y pide justicia, lo que dignamente se merece”* (AHPJM, EXP25-938, febrero de 1938. In: Mólgora, 2004.)

Em Cherán, o projeto de substituir a comunidade indígena por uma comunidade agrária não foi bem aceito pela população, que continuou lutando pela manutenção das tradições e das terras comuns. Mesmo após estes conflitos, os agraristas ainda conseguiriam o controle político de Cherán, algumas vezes através de ligações com a esfera estatal e federal, principalmente durante o período de Cárdenas como presidente mexicano. Pós-Cardenas o que se viu foi a consolidação do PRI como partido hegemônico, através de um discurso que remeteria sempre à revolução mexicana, com características “po-

<sup>7</sup> Que seria o equivalente à prefeitura dos municípios brasileiros.

pulistas”. Contudo, isso não impediu uma série de disputas na Serra *P’urhépecha* entre grupos membros do próprio PRI pelo poder local.

Nesta conturbada relação política em Cherán percebemos outros conflitos, como em 1948, ano em que ocorreu um “assalto” ao *ayuntamiento* pela alegação de fraude eleitoral do PRI para as eleições em Cherán. Contudo, o PRI mais uma vez conseguiu se manter no poder e começa um período caracterizado pelo *cacicazgo* comunal onde “elites políticas” lideradas por Jesus Hernandez Toledo controlaram o poder político em Cherán durante os anos 1950 e 1960 com a ideia de modernizar *o pueblo*. (cf. Mólgora, 2004, p.204). O chamado toledismo em Cherán se manteve hegemônico<sup>8</sup> durante vários anos pelo uso sistemático da coerção com violência e ameaças. Durante essas décadas de toledismo somente quem pertencia ao PRI tinha “direito” de concorrer a algum cargo político.

O fim do toledismo se deu em 1969, quando alguns *comuneros* conseguiram organizar uma assembléia para a eleição de um novo representante dos bens comunais Plutarco Gomez. Este, por sua vez, também não atenderia as demandas gerais cheranenses gerando ainda mais conflitos.

Outro destes conflitos violentos, gerando mortos e feridos ocorreu em 1976 e desta vez a disputa seria entre Plutarco e seus aliados contra os “benjamines” que representavam o renascimento dos pensamentos toledistas:

*“A trinta anos de distancia do primeiro zafarrancho aconteceu o segundo em condições novas; as facções se polarizaram no grupo formado pelo padre e no grupo que continuava sob a influencia dos ricos, aquele dirigido por um líder e este pelos três benjamines, ambas facções alinhadas no partido do governo... a facção de Plutarco Gomez, havia acumulado tanto poder econômico que este estava legitimado pelas melhoras feitas ao pueblo; a construção do palácio municipal, da escola secundária e primária”* (Castile, 1974, p.148).

---

<sup>8</sup> Segundo Roseberry, “la hegemonia es una compleja unidad de coercion y consenso en situaciones de dominacion” (Roseberry, 1998, p.358).

Após este conflito violento dentro das próprias fileiras do PRI, surgiu em Cherán uma verdadeira repulsa dos moradores ao modo como este partido e os “políticos” estavam exercendo poder dentro da comunidade. A aversão à questão partidária, que seria uma das grandes marcas do movimento de 2011, existia em 1976, expressando-se através de “pichações” nos muros da cidade com dizeres como: “*Morra o mal gobierno, Morra o PRI, morram os caciques, Queremos outra revolução, Abaixo a Burguesia, Comunero não te deixe enganar, Morra Plutarco Gomez e sua gente, Viva a revolução*” (Mólgora, 2004. p.214)

A disputa política estava de tal modo contrastante com a vontade do “*pueblo*” que este começa então a manifestar sua insatisfação em uma nova carta dos “vecinos de Cherán” ao governador, acusando as elites políticas da cidade de mandos e desmandos, além de frisarem novamente o problema ambiental como uma das preocupações da comunidade de Cherán. Segue trechos da carta que denuncia os:

*“ricos terratenientes cuya voluntad era la ley... Así empezaron los asesinatos de toda la gente que en una y otra forma se les oponia ... Pero no solo hicieron uso de los asesinatos para reafirmar su posicion politica , sino que empezaron a enriquecerse mediante el empobrecimiento de nuestros montes. Estando como representante J. Jesus Hernandez Toledo, para que pueda usted formarse una idea de los verdaderos destrozos de nuestros bosques, basta senalar que en el término de 6 meses , y com la ayuda de 100 elementos adictos al grupo, dejaron sin árboles uno de los cerros más bellos y que se caracterizaban por la frondosidad de sus arboles...Actualmente ha habido entre las gentes de los caciques y autoridades una escisión, seguramente por no poder ponerse de acuerdo con la forma de seguir estafando al pueblo ,lo que ha dado lugar al nacimiento de un nuevo grupo , que tán solo aspiran a seguir viviendo a costa del pueblo de Cherán”* (AHPem, Ramo Municipios, Subramo Cherán, 2 de marzo de 1975 *In*: Mólgora, 2004, p.216).

Os protestos em relação às autoridades continuaram. Em 1989 Cherán pede a renúncia de seu presidente municipal, sob a alegação de que este não era *p'urhépecha*. O próprio “*pueblo*” organizou as eleições para a presidência municipal, levadas a cabo para substituir Octavio Rios; estas aconteceram de acordo com os *usos y costumbres*:

*“el 12 de enero de 1989 se llevo a cabo un plebiscito para elegir un presidente popular. En los cuatro bairros presentaron candidatos y hubo votaciones em la plaza. Adalberto Munoz fue electo... Se instaurou assim por um ano ... el llamado gobierno popular. Nombraron policias y realizaron tareas próprias de cualquier ayuntamiento bajo la forma de una Junta de Administracion...el gobierno paralelo no recibio apoyo economico del gobierno estatal”* (Mólgora, 2014, *apud* ACEM, legislatura LXIV, Acuerdos , 8 de marzo de 1989. Grifo meu)

Percebemos que a experiência de “autogoverno” após a “deposição” de um presidente municipal já tinha ocorrido em Cherán antes de 2011. Esta nova eleição e o governo popular mostram mais uma vez a importância do “*ser p'urhepecha*” em Cherán, demonstrando que a tradição como parte da história não é esquecida e se faz e faz presentes na vida política e social de Cherán. Posteriormente, o próprio Muñoz seria eleito presidente municipal cheranense com reconhecimento do estado de Michoacán em fins de 1989. Muñoz teria como característica de seu governo o reconhecimento de seu “*pueblo*” como um “*pueblo p'urhépecha*” preocupado no resgate a suas tradições e manutenção dos bens comunais. Tal postura contribuiu para a conscientização da necessidade de que os “locais” é que deveriam participar das tomadas de decisão em Cherán. Esta postura representou uma mudança na comunidade indígena, com um processo de reinvenção e “resgate” das tradições fundamentais na construção da memória coletiva, até os dias atuais.

A ideia da necessidade de manter a origem *p'urhépecha* entre os governantes de Cherán era recorrente entre seus habitantes,

pois somente um indígena poderia governar bem este “*pueblo*”, por possuir o conhecimento das tradições e graças a esse conhecimento podia governar respeitando a cultura tradicional. A ideia do ser *p’urhépecha* também fez surgir movimentos indígenas na região como é o caso da *Nação p’urhépecha* que teve papel importante na suspeita de fraude nas eleições para deputado em 1994:

*“Em Cherán se organizou um movimento pós eleitoral muito peculiar... bloquearam a estrada e paravam os transportes com passageiros... tomaram as instalações do INI e, através da rádio começaram a difundir seus pontos de vista argumentando fraude eleitoral... sob a bandeira da Nação P’urhépecha habitantes de diferentes locais da Serra pediam respeito a vontade popular”* (Mólgora, 2004, p.276).

A aversão aos partidos era crescente entre os moradores de Cherán e, em 1997, uma reunião organizada pelo padre da igreja principal de Cherán para tratar de assuntos políticos possibilitou a percepção desta repulsa. Marco Antonio Mólgora esteve presente nesta reunião e em seu livro comenta as opiniões apresentadas pelos participantes que:

*“falaram muito mal dos partidos políticos. Uma boa parte dos oradores consideraram que todos os partidos políticos eram iguais e que a única coisa que provocavam eram divisões internas; se queixavam que os partidos unicamente chegavam aos pueblos em períodos eleitorais para pedir voto e para prometer mudanças, mas uma vez realizadas as eleições nunca voltavam”* (*ibidem*, p.284)

A própria *Nação p’urhépecha* já fazia demandas relacionadas à aversão aos partidos como as demandas por autonomia das regiões indígenas feitas durante o *Foro de Consulta Estatal sobre Derechos y Participacion Indígena*, realizado em Morelia em 9 de dezembro de 1995. As tradições e sentimentos de pertencimento a *raza p’urhépecha* também foram incentivados pelo início da comemoração do ano novo

p'urhépecha que, como um rito, celebra a etnicidade e “*ha implicado la reinvençion y recuperacion de simbolos prehispanicos, coloniales y modernos de los purhepecha*” (Hernández, 1999, p. 256).

Este cenário local de “revalorização” do *ser p'urhépecha* e suas tradições, inclusive de organização política e usos dos bosques comunais aliada à história através da memória coletiva em torno dos conflitos políticos e sociais, o “resgate” da figura de Casimiro Leco como defensor da comunidade e da natureza e a crescente descrença e aversão aos partidos políticos, formam o *ethos* local e a figuração social<sup>9</sup> e histórica cheranense, figuração esta que é fundamental na ação e nos rumos que serão tomados em Cherán pós 2011.

*“El autorreconocimiento reconstruido así viene siendo un factor fundamental para la resistencia. Porque las culturas indias no son resistentes por naturaleza, sino por determinación, y esta determinación es la que necesita ser alimentada y orientada”* (Maldonado, 2004, p. 298).

A situação de conflito que se instaurou em Cherán pós 15 de abril de 2011 e também como este conflito impulsionado pela questão ambiental propiciou a organização comunal e a implantação do autogoverno serão analisados nas linhas que seguem.

## **DEFESA DOS BOSQUES E CONQUISTA DO AUTOGOVERNO**

Compreendendo o horizonte histórico cheranense como fundamental para a construção do “esquema conceitual” mediador da ação, procuraremos analisar os eventos e a ação humana responsáveis pela transformação da “realidade” local. A análise será elaborada através da análise do discurso de alguns habitantes e pesquisa de outras fontes para entender as demandas deste “pueblo” e o desenrolar dos acontecimentos conflitivos nesta localidade em 2011, bem como o impasse entre Cherán e o Estado Nacional Mexicano.

---

<sup>9</sup> Figuração social que significa relações entre grupos que são forçados a uma relação de interdependência através de uma obrigatoriedade situacional. Este conceito é utilizado por mim com base em Elias e Scotson (2000).



O conflito de 2011 foi motivado pela crescente poda dos bosques comunais de Cherán. Este desmatamento indiscriminado estava sendo levado a cabo por máfias locais e madeireiros que reduziram o bosque de 27 000 hectares para 7 000 em apenas três anos. Esta “nova” leva de desmatamento começa em 2008. As “máfias locais”, envolvidas com o narcotráfico, ou como são conhecidos no México, os “cartéis”, eram lideradas por *el guero* líder regional dos *Caballeros Templarios*, cartel que teria o domínio do Estado de Michoacán. *El guero* é apontado abertamente em Cherán como a pessoa que “comanda” a derrubada ilegal de árvores e organiza a cobrança de cotas para a “proteção” aos comerciantes locais (Cf. Turati & Castellanos, 2012, p.32).

Quando teve início a poda da área florestal, as pessoas do vilarejo pediram sistematicamente ajuda ao governo, tanto na esfera municipal como estatal, mas os representantes do Estado isentaram-se de toda responsabilidade pelo ocorrido, em parte pela própria ligação entre o Estado e os “cartéis” dominantes do tráfico de drogas. O povo de Cherán, perante a falta de atuação por parte do governo, aliado ao histórico de insatisfação com o Estado, decidiu começar uma “cruzada” para eliminar os abusos tanto por parte do Estado como por parte dos “madeireiros”, fazendo com que os habitantes de Cherán permanecessem entrincheirados no vilarejo.

A população encontrava-se inconformada com a situação da exploração de seus bosques e a falta de amparo governamental para resolução da questão nos anos anteriores. Contudo, o temor às represálias não permitiu o imediato levante contra os exploradores, pois isto significava também um confronto contra o narcotráfico já que “as redes clandestinas do crime organizado conseguiram se tornar o governo de verdade, o Estado fantasma local, em muitos povoados e municípios rurais” (Gledhill, 2012, p.462) no estado de Michoacán e também em diversas outras regiões mexicanas. Todavia, este temor não impediu o crescimento da inquietação frente os abusos e devastação ambiental que continuavam até o dia 15 de abril de 2011.

O “*Ya basta!*” de explorações, que gerou o enfrentamento, começou por iniciativa das mulheres que, no dia 13 de Abril, confeccionaram alguns panfletos convocando a população a se unir, pro-

gramando para o dia 16 de abril uma represália contra os madeireiros. Os panfletos continham o seguinte comunicado:

*“Al pueblo de Cherán se hace una invitación para que reflexiones de las cosas que están sucediendo, y que las autoridades no hacen nada, no se preocupan por defender los bosques, por lo que se te pide: organízate en tu calle, colonia o barrio, para defender el ojo de agua de la ‘cofradía’ ya que es uno de los manantiales que abastece una parte de Cherán. Este escrito no pertenece a ningún partido político, se hace porque da tristeza de cómo están quedando los cerros, sabemos que los árboles son los que retienen el agua de las lluvias. Ya Basta”* (Castillo, 2012).

O panfleto se preocupa em frisar que este é um movimento desvinculado de partidos políticos, conclamando os *comuneros* a “*Jarojpikua*” que em *p’urhépecha* significa *ayudarse unos a otros*, deixando clara a ideia de organização autônoma, com bases na identidade *P’urhépecha*, para a “retomada” do controle dos bosques. O conflito foi antecipado para o dia 15, ao perceberem que as árvores que estavam sendo cortadas naquela madrugada eram as próprias árvores pertencentes aos mananciais de “*La cofradia*” um lugar sagrado para os *p’urhepechas* de Chéran.

Ao perceberem isto, algumas mulheres se uniram lançando-se contra os executores de abusos ambientais, os “madeireiros”, impedindo a saída dos caminhões carregados de madeiras da área de mata. Durante o conflito os sinos da igreja de Cherán repicaram como modo de convocação da população. Vários habitantes percebendo que “algo” estava acontecendo juntaram-se ao conflito. Neste primeiro enfrentamento com os madeireiros morreram duas pessoas de Cherán e foram presos 5 “madeireiros”, que posteriormente seriam “resgatados” pela polícia municipal, gerando uma “revolta” ainda maior da população frente às autoridades (cf. Equihua, 2011).<sup>10</sup>

O movimento esteve sempre aliado às origens étnicas na formação de um “*ethos* local” que favorece a preservação da natureza.

---

<sup>10</sup> Conforme o periódico local La jornada Michoacana de 19 de abril de 2011.

Isso se faz perceptível nas próprias palavras de uma Cheranense, ao defender a necessidade de luta contra a exploração:

“es una lucha justa, es una lucha social en defensa de los recursos naturales, la madre naturaleza La consideramos nuestra madre pues es ella que nos da alimento ella que nos ayuda a sobrevivir” (DIAZ, 2012).<sup>11</sup>

Devido a continua destruição dos bosques de Cherán, os bens naturais foram sendo tomada aos poucos pelos madeireiros e por narcotraficantes, perdendo assim os habitantes de Cherán um espaço tradicionalmente seu, as terras comunais, que já foram responsáveis por tantas disputas ao longo da história cheranense, levando à própria criação de “lendas” como Casimiro. Esta área de recursos comuns estava sendo agora mais uma vez violada, a “memória coletiva” de defesa dos recursos naturais tradicionalmente “cultuados” passou a mobilizar toda a comunidade e o discurso de defesa da natureza em prol de todos e do futuro foi fundamental para a unidade de Cherán. Este fortalecimento no sentimento de união e etnicidade contribuíram para a reação tão drástica frente ao abuso ambiental e a apatia do governo. Este confronto de 15 de Abril desencadearia toda a raiva aliada à mobilização de um vilarejo que se encontrava até então curvado às políticas estatais e ao poder das máfias locais.

Interessante notar aqui como fatores históricos fazem parte do meio social, propiciando um horizonte de significados que neste caso atuam em favor da ação no tempo presente, a comunidade de Cherán frente a realidade do “agora” reorganiza sua memória coletiva e a utiliza para impulsionar a ação sendo esta ação também transformadora e dependente de como os significados são arranjados e rearranjados contingencialmente frente a existência de um interesse fundamental para que se crie novos significados para o amparo da ação. Todas essas inflexões de significado dependem do modo como o ator experimenta o signo como um *interesse* que para Sahlins quer dizer “o lugar do signo num esquema orientado de meios e fins.” (Sahlins, *op cit*, p.127)

<sup>11</sup>Este depoimento foi retirado da entrevista de uma Cheranense para o documentário de Salvador Diaz chamado Comuna de Cherán.

Após o primeiro enfrentamento foi se formando o movimento que desencadearia a supressão da polícia e a separação do governo central. A decisão de ação deste “pueblo” partiu do não atendimento do Estado e das autoridades locais aos pedidos de ajuda, da crescente desconfiança de coligação Estado e crime organizado e da organização do interesse em manutenção da natureza, esta considerada como algo “sagrado”.

O histórico das ações do Estado na região ao longo dos anos cooperava para a percepção da comunidade que era necessário se desvencilhar desta instituição que tanto já os tinha prejudicado e ignorado e agora apoiava os “cartéis” em detrimento do *pueblo*:

*“Hoy nos enteramos que por detrás del crime organizado estan los políticos, esta el gobierno. Estan relacionados todas las partes del gobierno por que a ellos tenemos asinalado lugares, nombres, los tenemos dados todas las pistas para que puedan atuar y se hacen de la vista gorda y andan haciendo todo los tipos de cosas menos buscar la manera de atracarlos”* (DIAZ, *op. cit.*).<sup>12</sup>

Desta forma, muitos se colocaram dispostos a agir em prol de seu *pueblo*, enfrentando o crime organizado por meio de armas, mesmo que isso pudesse lhes custar a vida, tal o sentimento de identidade e pertencimento dos habitantes com sua comunidade. *“Soy de Cherán y estoy dispuesto a dar mi vida por mi familia mi pueblo y los bosques, mas que nada por el futuro sien arbores no hay água, sien água no hay vida”* (Diaz, *op. cit.*). Com esta convicção, foram criados grupos de vigilância responsáveis pela segurança do povoado, dos bosques e da “proteção” de barricadas “levantadas” nas entradas da cidade. Estes grupos de vigilância passaram a fazer o controle de entrada e saída dos que passavam por Cherán.

Percebemos que em Cherán o conflito se deu não somente por questões de infraestrutura. A cultura local, ligada à natureza, o histórico de “luta” e o abuso do poder estatal, aliados à perda da sensação de segurança, também contribuem para que este conflito se torne “vivo”.

---

12 Entrevista concedida ao documentário já citado por um membro da ronda comunitária com o rosto sob máscara preservando sua identidade pela temeridade de alguma repressão do crime organizado.

Essa visão de conflito social, ampliadas, pode ser encontrada em Touraine: “O conflito não está mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social, à infra estrutura da sociedade, ao trabalho em particular; ele está em toda parte” (Touraine, 1989, p.13).

Frente à descrença popular para com o Estado, os partidos políticos que o representam e a necessidade de uma melhor organização do “*pueblo*”, foi criada a *La Coordinación General del Movimiento de Lucha de la Comunidad Indígena de Cherán* (SUP-JDC-9167/2011 p.19) com o intuito de exigir frente o Estado o reconhecimento de um governo que atendesse aos anseios de Cherán. Este governo deveria ser conduzido e eleito através da tradição *p’urhépecha* do *pueblo* de Cherán, sem nenhuma interferência externa, iniciando, desta maneira, a “luta” pela criação e reconhecimento de um governo autônomo, quebrando o paradigma da manutenção do poder nas mãos de “elites” políticas vinculadas a partidos políticos. Isto representou outra grande batalha, pois a Constituição do México não contempla o direito de auto-governo de vilarejos, mesmo que de origem indígena, apesar da já existência de artigos que reconhecem a multiculturalidade do Estado mexicano; estes artigos não garantiam o efetivo respeito das autoridades à etnicidade indígena. Tendo isto em vista o “movimento” dos moradores de Cherán se amparou nos artigos 5 e 6 do Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho e nos artigos 18 e 19 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, assinada em 2007, decretando que:

*“Os povos indígenas possuem direito a livre determinação. E em virtude deste direito determinam livremente sua condição política e perseguem livremente seu desenvolvimento econômico social e cultural”* (ONU, 2007).

O México já tinha assinado estes acordos internacionais, mas não o faziam valer em seu território; começava assim uma grande batalha também no campo jurídico para o reconhecimento da autonomia de Cherán.

O processo jurídico foi fundamental para que o movimento conseguisse sucesso, já que ao optarem por um diálogo pela via “legal” frente o Estado nacional, conseguiram colocar sua demanda não como apenas um “levante violento” e sim como uma demanda “justa” e “legal” alinhada com diversas demandas dos povos originários em todo mundo. Esta postura “exigiu” o respeito oficial do Estado a seus anseios e reivindicações através de argumentos presentes nos acordos oficiais, dentro de um linguajar “jurídico” que expressava a “vontade” social deste *pueblo*. Nesta etapa, o movimento contou com o apoio de “cuatro jóvenes abogados que decidieron jugársela con este pueblo. Dos de ellos nacieron en Cherán: Salvador Torres y David Romero; a ellos se unieron Orlando Aragón y Érika Bárcenas” (Durán, 2011, p.40). Estes advogados ao utilizarem o direito como fator de emancipação (Santos, 2003) conseguiram:

*“un histórico triunfo en la arena judicial que la comunidad obtuvo en el 2 de noviembre de 2011, en la Sala Superior del Tribunal Electoral de Poder Judicial de la Federación (TEPJF). Mediante la sentencia número SUP-JDC-9167/2011 del Juicio para la Protección de los Derechos Políticos-Electorales del Ciudadano, los púrepechas de Cherán obtuvieron el derecho, que hasta ese momento no se les había reconocido ... para realizar la elección de sus autoridades municipales por un mecanismo de ‘usos y costumbres’”* (ANDRADE, 2013, p.39).

A partir deste reconhecimento foi criada e eleita uma comissão geral de autogoverno chamada de Conselho Maior eleito em 18 de Dezembro de 2011. Cherán conseguiu o direito frente ao Estado de Michoacán de não participar das eleições para Governadores e Presidentes Municipais ocorridas em 22 de janeiro de 2012, sendo acatadas pelo Instituto Eleitoral de Michoacán as ordens de esferas superiores como a própria ONU. Contudo, mesmo após a vitória em instância federal descrita acima, o Estado de Michoacán insistia que Cherán apresentasse “*la estructura que es uno presidente uno secretario, entonces*” (MichoacanCheran.blogspot.mx). Porém, nova-

mente se recorreu a instancias “legais” para o apelo da comunidade, que foi levada por alguns representantes do povo de Cherán ao Congresso nacional mexicano: “*fuemos hasta la Ciudad de México para pedir al Congreso que reconozca nuestro consejo lo cual se lo logro*”, alega J. Trinidad Estrada Avilés membro eleito do Conselho Maior (cf. MichoacanCheran.blogspot.mx). Assim, no fim de Janeiro de 2012, Cherán teve sua forma de governo reconhecida juridicamente pelo Governo Nacional Mexicano e em 5 de Fevereiro de 2012 o Conselho Maior foi legalmente empossado.

O Conselho Maior foi eleito pelos usos e costumes. Esta eleição ocorreu através da escolha de representantes dos quatro bairros de Cherán, sendo três representantes por bairro. A candidatura de cada um deles não partiu de iniciativa pessoal dos candidatos e sim da escolha dos próprios *comuneros*, e a eleição dos candidatos escolhidos pelo povo foi feita por meio de assembléia em cada bairro. O Conselho Maior é composto de 12 pessoas os 12 “keris”<sup>13</sup> tendo todos os membros a mesma hierarquia de “servidores do povo”, tendo todos seus membros feito juramento público no dia da posse garantindo defender alguns princípios como: “*servir e no servirse... y representar y no suplantar, representar la palabra de cada fogata barrio y la comunidad para llevar la palabra a donde sea necesario y el pensamiento de nuestros hermanos comuneros*” (Díaz, *op cit*).<sup>14</sup>

As decisões deste conselho são tomadas por meio de Assembleias Populares realizadas na maior parte das vezes na praça principal da cidade, onde se encontra rodeada pela Igreja e pela Casa Comunal - esta era o antigo Palácio Municipal -, que recebeu este nome quando da posse do Conselho Maior (Cf. Instituto de Transparencia y Acceso a la Información Pública del Estado de Michoacán, 2013).

Segundo J. Guadalupe Teandón Chapina, as pessoas que prestam serviços a Cherán não possuem salário, somente uma pequena compensação, e isto vai desde os membros do Conselho Mayor até as pessoas que cuidam da limpeza do prédio e da cidade “*Quien está gobernando al pueblo, es el mismo pueblo*” (Díaz, *op. cit.*).

13 Keri significa grande na língua P’urhépecha, muitas vezes responsáveis pela organização da vida comunal.

14 Juramento este filmado e apresentado no documentário Comuna de Cherán.

Além do Conselho Maior foram criadas também outras comissões para a maior eficiência do governo como as: “comisiones de honor y justicia, de prensa y propaganda, alimentos, finanzas, educación y cultura, forestal, del agua, de limpieza, de jóvenes, de agricultura y ganadería, de comercio, de identidad, y finalmente de la salud (Aragón, 2012, p.43). Estas outras esferas do governo cheranense também obedecem ao critério de realizar as vontades do *pueblo*; desta forma, as decisões são sempre tomadas em torno das *fogatas*, também por meio de debate e voto em assembléias.

Os habitantes se organizaram em volta de quatro bairros e neles foram criados corpos de vigilância os quais posteriormente deram lugar às rondas comunitárias, que são rondas noturnas feitas por voluntários do vilarejo para garantir a segurança de todos e a não devastação dos bosques comunais, esta ronda é uma prática antiga revalorizada já que “hasta la década de los treinta del siglo XX (uma ronda comunitária) se había encargado del orden en la comunidad por las noches” (*ibidem*, p. 42).

Uma série de “*fogatas*” também foi feita nas ruas e servem como uma espécie de entreposto da ronda comunitária. As *fogatas* são fogueiras que foram acendidas em quase todas as esquinas de Cherán, chegando a totalizar 194 fogueiras. Elas são pontos de discussão das ações do movimento e também de apoio à ronda comunitária, pois é na “*fogata*” que a ronda encontra comida feita na hora e o apoio das pessoas que estão em volta desta fogueira como meio de solidariedade à ação da ronda comunitária. Tal organização levanta a ideia de que todos têm de se ajudar, para garantirem a segurança de Cherán e a proteção de sua natureza. As *fogatas* servem ainda como mecanismos de reforço identitário e de deliberação, pois elas são frequentadas por crianças, mulheres e anciões ao redor do fogo, sagrado para os *p'urhépechas*. Ali, contam histórias dos ancestrais e “ensinam” as crianças as tradições e o “orgulho” de ser *purepecha*, além de discutirem a situação atual do povoado propondo e aprovando ações das comissões de governo. Através das fogueiras todos se sentem participantes do “movimento” participando da discussão do presente através de uma já antiga prática p'urhépecha de “educação”.



As fogueiras ou *parankua* são uma marca da memória coletiva p'urhépecha:

*“La parankua ha educado a las comunidades desde antes de la llegada de las escuelas y sus enfoques. Desde la cosmovisión p'urhépecha, se dice que un tatá k'eri Janhasti (persona mayor con conocimiento), define este espacio como aquél donde se configura la vida misma”* (LIRA, 2013, p.65).

Em 2011 foram criadas oficinas, levadas a cabo nas próprias fogueiras. Dois tipos de oficinas foram organizadas, uma com participação majoritariamente de jovens entre 15 e 20 anos e a outra organizada para a participação das crianças. A partir destas oficinas foi criada a Rádio Fogata, uma rádio comunitária com intuito de manter a população informada sobre os acontecimentos locais, como eventos e reuniões comunitárias envolvendo ao longo do tempo toda população. Uma das alegações dos moradores é que esta seria uma forma do governo não controlar as informações tornando as acessíveis a todos. (Caraballo, 2012).

A presença de um meio de comunicação organizado por gente da comunidade e que trata de assuntos relacionados à realidade local através da língua p'urhépecha é um fator fundamental também para a alimentação do sentimento de etnicidade e revalorização da tradição. Este empoderamento dos meios de comunicação tem sido fundamental para o sentimento de que o povo tem sim sua voz, além de ajudar na questão da visibilidade do movimento como um “todo”. A noção de visibilidade é utilizada por Thompson (1998) para se referir à capacidade dos meios de comunicação de apresentar, frente à sua audiência, uma imagem determinada de pessoas e instituições aumentando assim seu poder simbólico. No caso da *rádio fogata*, esse meio de comunicação retira a identidade *p'urhépecha* da marginalidade estatal, colocando-a como de interesse público. Entendemos essa ação como uma forma de empoderamento, tal como concebido por Kley Meyer:

*“es la adquisición de ciertas capacidades y habilidades por parte de personas con bajo poder, que tiene como resultado la superación de barreras, la reducción de la dependencia, y la obtención de control sobre los procesos sociales en que están inmersos”* (Kleymeyer, 1994, p.17).

Neste sentido, podemos perceber que o empoderamento se dá não somente nos meios de comunicação e sim em outras esferas como a própria política contribuindo para o sucesso na mudança do “regime” de poder.

As lutas começaram há mais de cinco anos e o “empoderamento” político segue em Cherán com sua repulsa frente aos grupos políticos externos. *“La expulsión de los partidos políticos fue, es, y seguirá siendo nuestro objetivo fundamental. Viva el pueblo.”* Declaram em sua conta oficial de Twitter.

A decisão de Cherán pela autogestão legalizada foi mais uma decisão de resolução imediata dos problemas retirando a incerteza de que a comunidade, ao não se organizar perderia o controle político e suas terras comunais para “outros” como ocorreu ao longo da história. Os habitantes desse vilarejo já se encontravam revoltados pela falta de aplicação efetiva da lei pelo Estado, por falta de controle sobre o crime organizado e a tala ilegal na região, vindo como única alternativa a tomada de iniciativa. É comum nos discursos dos habitantes locais a ideia de eles mesmo fazerem valer a “lei”:

*“En esta region ya no hay lei ya no hay gobierno vamos hacer que se aplique la ley por que los criminales estan agindo por plena libertad porque no hay nadie que los detenga”* (trecho da carta de abertura do Encontro Nacional de Resistências autônomas anticapitalistas, 2012).

A repulsa aos partidos políticos e a sensação de que o Estado é nada mais que cúmplice da exploração dos bens comunais reforça a necessidade dos habitantes de Cherán em mantê-los longe deste *pueblo*. A unidade mais que nada é o argumento dos habitantes de Cherán

para explicar o porquê desta aversão tão grande aos partidos. É recorrente o argumento que os partidos só serviam para a desunião do povo através de uma disputa que não era necessária a Cherán, com o fim destes é possível que os habitantes deste *pueblo* pensem não mais nas siglas políticas e sim no bem comum de sua comunidade.

Um fator interessante do caso Cherán foi o aproveitamento do universo midiático para reivindicação, busca de apoio e publicidade do movimento de manutenção das terras comunais que desencadeou a “virada revolucionária” que implantaria um novo modelo de governo.

Por meio da internet está sendo construída toda uma rede de informação e conquista de simpatizantes e seguidores da causa de Cherán. Inicialmente a página da web *Micheran.com* funcionava como uma espécie de gabinete de comunicação, já que os usuários poderiam ali conseguir informações e se relacionar entre si dando lugar a uma comunicação exponencial. Este site se encontrou inativo por um tempo se transformando e mudando seu endereço na web, o site *MichoacanCheran.blogspot.mx* faz agora a função do antigo site. Ultimamente existem inúmeros grupos e perfis no *Facebook* que ajudam a divulgar as demandas de Cherán. Um exemplo da eficiência deste tipo de comunicação foi o incêndio na área comunal que se iniciou no dia 13 de abril de 2013, no qual houve a chamada por voluntários através de um dos perfis do *Facebook* afim de se combater o incêndio, rapidamente já existia um bom número de voluntários, segundo os próprios responsáveis pelo perfil *Yoamocherán* no *Facebook*.

Também através de internet ou por cartas, Cherán vem recebendo constante apoio de instituições e particulares. Não é único o caso de intelectuais famosos apoiando a causa de Cherán, Pablo Gonzales Casanova, sociólogo e ex reitor da UNAM (Universidad Nacional Autónoma de México) chegou a escrever uma carta para o povo de Cherán e os organizadores do Encontro Nacional de Resistências Autônomas Anticapitalistas; Luis Villoro, famoso filósofo Mexicano também se manifestou em apoio a Cherán. Segundo J. Guadalupe, membro do Conselho Maior em entrevista concedida a Salvador Diaz em seu documentário já citado “Comuna de Cherán”, é comum a chegada de apoio de diversos países, por meio da internet

e é comum também o apoio de universidades tanto regionais como internacionais. Diversos músicos também manifestaram apoio gravando canções sobre Cherán e ajudando a divulgar ainda mais as ideias do movimento e clamando pelo respeito ao pueblo de Cherán: músicos como Hector Guerra, a “Pachamama Crew”, Lengualerta, Hueso, Rubén Albarrán e Roco Pachukote e vários outros ajudam a divulgação e fortalecimento das pressões em prol do movimento de autogoverno de Cherán.

Estes diversos apoios foram fundamentais, segundo um dos próprios advogados da causa:

*“Primero, porque mantuvieron en los primeros lugares del escenario político al movimiento de Cherán y segundo porque a partir de esta permanencia y visibilidad se logró que la propia Sala Superior (uma espécie de superior tribunal federal brasileiro) se sintiera presionada y comprometida para resolver el juicio presentado por la comunidad con el mayor cuidado y transparencia posible” (Aragon, op cit, p.62).*

Após a “vitória” da autonomia em Cherán percebemos que hoje a cidade ainda está consolidando seu autogoverno, lidando com algumas dificuldades no quesito segurança, principalmente frente aos distúrbios ocorridos pela “caça” ao narcotráfico na região, fenômeno este que ocorreu no ano de 2013 com a “explosão” de diversos grupos de autodefesa no Estado de Michoacán. Estas autodefesas foram influenciadas pelo movimento de Cherán, contudo são de caráter diferente por não serem propriamente organizadas por comunidades indígenas. Porém, a idéia de repulsa ao Estado e a busca pelo fim da influência do narcotráfico, representado pelos Cavaleiros Templários, na região são os objetivos destes movimentos.

O aumento da violência civil e o surgimento de grupos armados em diversas cidades forçaram o Estado nacional a autorizar a ação do exercito e da policia federal na área para ajudar no combate ao narcotráfico e também para tentar realizar um controle sobre os grupos de autodefesas; em fevereiro de 2014 cerca de 40 mil pes-

soas armadas estavam por toda Michoacan (Vázquez, 2014)<sup>15</sup>. A influência de Cherán também ocorre em outros movimentos indígenas ou não indígenas que procuram a autonomia ou reivindicam o uso das terras comunais, abrindo um precedente legal para os mesmos e demonstrando o sucesso do manejo das questões étnicas aliadas ao aparato judicial com foco nas questões locais sob um prisma global reconhecido pela própria ONU.

## CONCLUSÃO

Aliando o conhecimento histórico com a análise do “tempo presente” conseguimos compreender os significados das ações dos habitantes de Cherán. Contudo, um ponto desafiador é pensar como esta nova hegemonia política baseada nos “usos e costumes”, com base na organização política “tradicional” e manutenção das terras comunais, se desenrolará no futuro. Este pensamento sendo fomentado pela ideia de Chantal Mouffe de que a constituição de uma nova hegemonia não seria livre de conflitos pois segundo Mouffe:

*“Todo orden es político y está basado en alguna forma de exclusión. Siempre existen otras posibilidades que han sido reprimidas y que pueden reactivarse. Las prácticas articuladoras a través de las cuales se establece un determinado orden y se fija el sentido de las instituciones sociales son prácticas hegemónicas. Todo orden hegemónico es susceptible de ser desafiado por prácticas contrahegemónicas, es decir, prácticas que van a intentar desarticular el orden existente para instaurar otra forma de hegemonía”* (Mouffe, 2007, p. 25).

Através do pensamento de Mouffe percebemos tanto o caráter fluido quanto o conflitivo de instaurações de “ordens” hegemônicas, estas considerações nos atentam também que a conquista do direito a autonomia e implantação do governo por usos e costumes não é o “fim da história”, a realidade esta sempre em construção e em disputa sofrendo influências de vários fatores que podem determinar sua trans-

<sup>15</sup> Artigo escrito por Patricia Monreal Vázquez para o site <http://www.cambiodemichoacan.com.mx/autorinfo-9>

formação. A ideia de Sahlins de estrutura da conjuntura também abarca essa possibilidade de constante transformação. Já a ideia de Mouffe de sociedade e democracia como algo sempre em disputa e de Sahlins com o potencial de transformação da cultura são um alerta teórico importante para fecharmos nosso texto, pois nos ajuda a não cair no erro de “encantamento” com o objeto estudado, não estabilizando a realidade como dada e sim como algo sempre em construção.

## REFERÊNCIAS

- ACTAS DE SESIÓN DE CONSEJO DE 2012. In: *Instituto de Transparencia y Acceso a la Información Pública del Estado de Michoacán*. Disponível em: <http://www.itaimich.org.mx/> acesso em 08 de Janeiro de 2016.
- ANDRADE, O. A. El derecho en insurrección. el uso contra-hegemónico del derecho en el movimiento purépecha de Cherán. *Revista de Estudios & Pesquisas sobre as Américas*. Vol. 7, nº 2/2013.
- ARAGÓN, O.; SIERRA, M. T. Los Pueblos Indígenas y Los Desafíos Del Derecho En Contextos Neoliberales. Entre El Uso Estratégico, El Despojo y La Criminalización In: *Revista de Estudios & pesquisas sobre as Américas*, Vol. 7, nº 2, 2013.
- CARABALLO, A. *Cherán K'eri Caminando firme hacia la autonomía*, 2012. In: <http://www.colectivocasa.org/story/noticias/cheran-keri-caminando-firme-hacia-la-autonomia> acesso em 20 de fevereiro de 2016.
- DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS. Aprovada pela Assembleia Geral da ONU, em 7 de setembro de 2007.
- CASTILE, G. P. *Cherán: The adaptation of an autonomous community in Michoacan, Mexico*, University of Arizona, 1974.
- CASTILLO, A. Del. Cherán: 4 años de exigir justicia. In: *La jornada*. Morelia, Mich. febrero 8, 2012.
- CHRISTLIEB, P. F. *El espíritu de la calle*. Psicología política de la cultura cotidiana. Barcelona: Anthropos 1991.

- DIÁZ, S. *Comuna de Cheran*. 58 min. 2012. In: <http://www.youtube.com/watch?v=YoMZw3DuGaw> acesso em 05 de Dezembro de 2015.
- DÚRAN, T. G. El Pueblo que Espantó al Miedo. In: *Premio de Periodismo Walter Reuter, 2011*.
- ENCUENTRO NACIONAL DE RESISTENCIAS AUTÓNOMAS ANTICAPITALISTAS. 24, 25, 26 y 27 de mayo 2012, *Cheran K'eri, Michoacán*.
- EQUIHUA, M. *Sepultan cheranenses a sus muertos y liberan a elementos del GEO In: La Jornada Michoacán. Cherán, Mich., 19 de abril, 2011*.
- ELIAS, N. & SCOTSON, L. *Os Estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- EVANS-PRITCHARD, E. Antropologia e História In: *Ensaio de Antropologia Social*, Madrid, 1990.
- GLEDHILL, J. Limites da Autonomia e da Autodefesa Indígena. Experiências Mexicanas. *Mana*, Vol. 18, nº3, pp.449-470, 2012.
- HALBWACHS, M. *La memoria colectiva*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.
- HERNÁNDEZ, E. Z. La reconstrucción de la Nación P'urhépecha y El proceso de autonomía en Michoacán, México. In: ASSIES, W.; HAAR, G. van der; HOEKEMA, A. (Eds.). *El reto de La diversidad: pueblos indígenas y reforma del Estado em América latina*. Zamora: El Colegio de Michoacán, México, 1999.
- JUICIO PARA LA PROTECCIÓN DE LOS DERECHOS POLÍTICO ELECTORALES DEL CIUDADANO. *Expediente: Sup-Jdc-9167/2011*.
- KLEIMEYER, Ch. D. *Cultural expression and grassroots development: Cases from Latin America and the Caribbean*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 1994.
- LA JORNADA. Pueblo autónomo de Cherán, ejemplo para México y el mundo, afirma el MPJD. Morelia Mich., 10/02/2012.
- LIRA, L. M. L.; MORALES J. J. V. Parankuecha, Diálogos y Aprendizajes: Las Fogatas de Cherán como Praxis Educativa Comunitaria. *International Journal of Multicultural Education* Vol. 15, nº3, pp.61-75, 2013.

- MALDONADO, B. Geografía simbólica. Una materia para la educación intercultural en escuelas indias de Oaxaca. In: *Diálogos en la acción, segunda etapa*, pp. 297-306. Oaxaca: Dirección General de Culturas Populares e Indígenas, 2004.
- MichoacanCheran.blogspot.mx* acesso em 10 de maio de 2016
- MÓLGORA, M. A. C. *Histórias, processos políticos y cardenismos: Cherán y la Sierra Purhérpecha, Michoacán*: El Colegio de Michoacán, 2004.
- \_\_\_\_\_. Poder y autoridad: elecciones municipales em Michoacan. *Relaciones n°53*. El Colegio de Michoacán. 1994
- MOUFFE, C. *En torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- PÉREZ, M. y ARGUETA, A. No todos los indigenismos son iguales (ni tampoco los indigenistas). *México Indígena*, Nueva Epoca, Vol 2, n°4, 2003.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT): *Convenio No. 169 sobre pueblos indígenas y tribales en países independientes*. 1989.
- REYES, F. México Participación Indígena em los Partidos Políticos In: DE LA VEGA, B. C. (Org.). *Participación Política Indígena y Políticas Públicas para Pueblos Indígenas en América Latina*. La Paz, Bolivia: Ed. Fundación Konrad Adenauer (KAS), 2011.
- RODRÍGUEZ, J. M. R. Ecos de “La voz de la montaña”: La radio como factor de cohesión y fortalecimiento cultural de los pueblos indígenas. *Tesis* (Doctorado en Ciencias Políticas y Sociales), Universidad Nacional Autónoma de México, México D.F., 2005.
- ROSEBERRY, W. Cuestiones agrarias y campos sociales In: ZENDEJAS (Org.), *Las disputas por El México rural. Actores y campos sociales*, Zamora, El Colegio de Michoacán, 1998. Archivo del Congreso del Estado de Michoacán. 1989
- SÁENZ, M. *Carapan*, México, OEA\CREFAL, 1992.
- SAHLINS, M. *Metáforas Históricas e Realidades Míticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- SANTOS, B. de S. Poderá o direito ser emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n° 65, pp. 3-76, 2003.



SCHWARCZ, L. M. Marshall Sahlins ou por uma antropologia estrutural e histórica. *Cadernos de Campo. Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia da USP*, nº9, 2001.

THOMPSON, J. B. *Los media y la modernidad*. Una teoría de los medios de comunicación. Redwood City, CA: Standford University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. *Ideología y cultura moderna*. Teoría crítica social en la era de la comunicación de masas. México: UAM, Xochimilco, 1995.

TOURAINÉ, A. *Palavra e Sangue*: Política e Sociedade na América Latina. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

TURATI, M. & CASTELLANOS, F. Rebelión contra la máfia Michoacana. *Proceso*, 1864, pp.30-34. 2012

WAGNER, R. *A Invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

**Recebido em:** 07/07/2016.

**Aprovação final em:** 13/12/2017.